

Centro Social do Pego

Anexo às contas 2021

29 de março de 2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	9
6	Empréstimos bancários	10
7	Custos de Empréstimos Obtidos	10
8	Inventários	11
9	Rédito	11
9.1	Outros rendimentos	12
9.2	Subsídios, doações e legados à exploração	12
10	Outros Gastos	12
11	Imposto sobre o Rendimento	12
12	Benefícios dos empregados e órgãos diretivos	12
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
14	Outras Informações	13
14.1	Investimentos Financeiros	13
14.2	Clientes e Utentes/Fornecedores	14
14.3	Estado e Outros Entes Públicos	14
14.4	Outras contas a receber	14
14.5	Outras Contas a Pagar	14
14.6	Fornecimentos e serviços externos	15
14.7	Diferimentos	15
14.8	Caixa e Depósitos Bancários	15
14.9	Fundos Patrimoniais	15
14.10	Outros rendimentos	16
14.11	Resultados Financeiros	16
14.12	Considerações, incidências sociais e económicas ao ano 2021	16
14.13	Acontecimentos após data de Balanço	17

1 Identificação da Entidade

O “Centro Social do Pego” tem a sua sede em Rua do Casal, s/n, freguesia de Pego, concelho de Abrantes, 2205-351 Pego, distrito de Santarém e o seu âmbito de ação abrange a mesma freguesia e concelho.

O número de identificação fiscal é 502591161.

É uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública de 23 de Julho de 1991 sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social, Associação de Direito Privado”, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, com registo lavrado pela inscrição nº 60/92, de fl.6.2v a fl.6.3 do livro nº 5 das associações de solidariedade social, efetuado em 23Dez1991 (Diário da República, Série III, de 17-9-1992, nº 215, pág. 16.909).

A alteração dos estatutos em conformidade com o novo Estatuto das IPSS, aprovado pelo D.L. nº 172-A/2014 e Lei nº 76/2015, teve publicação oficial do Registo definitivo efetuado pela D.G.S.Social no Portal da Justiça em 9Out2017.

Tem como atividade os seguintes objetivos:

- a) A proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho;
- b) Apoio a crianças e jovens;
- c) Apoio à família;
- d) Apoio à integração social e comunitária;
- e) Promoção e proteção da saúde; nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos.
- f) Além dos fins enumerados no número anterior, o Centro Social do Pego pode prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos com aqueles compatíveis, designadamente iniciativas de carácter económico, social, educativo, cultural/recreativo e desportivo, para a realização dos meios necessários à prossecução dos fins estatutários e no âmbito das suas atividades de natureza associativa.

Para a realização dos seus objetivos, a instituição tem em funcionamento as seguintes respostas sociais:

Centro de dia;

Apoio domiciliário;

Creche;

Jardim-de-infância/Pré-Primária;

Um lar de idosos, agora também designado de ERPI (Estrutura Residencial para Idosos).

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a

Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras de 2011 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura e foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

Em 2016, foi adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) com entrada em vigor a 01 de Janeiro de 2016 aprovada pela portaria nº 220/2015, de 24 de Julho, e que a partir desta data será tida como referencial contabilístico.

As Demonstrações Financeiras de 2021 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando as demonstrações financeiras respeitam os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha (teve) com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, assim que os mesmos estão em condições de utilização.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

(Não aplicável)

3.2.5 Propriedades de Investimento

(Não aplicável)

3.2.6 Investimentos financeiros

As participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

Os Inventários que a Entidade detém destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras, bem como para alguns dos serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de serem gerados fluxos de caixa.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do

período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

À data de relato a Entidade avalia os seus ativos financeiros ao valor nominal da aquisição.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor ...”

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

No caso do Centro Social do Pego, por não ter nem atividade nem rendimentos da tipologia atrás indicada, só é aplicável o regime da isenção mencionada na b) do nº1 do artº 10 do CIRC.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade **não** usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial (S.Final2020)	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	7.980,77	0	0	0	0	7.980,77
Edifícios e outras construções	3.287.514,02	8.832,89	0	0	0	3.296.346,91
Equipamento básico	291.972,85	1.859,24	0	0	0	293.832,09
Equipamento de transporte	139.775,79	0	0	0	0	139.775,79
Equipamento administrativo	174.385,62	0	0	0	0	174.385,62
Outros Ativos fixos tangíveis	56.531,34	0	0	0	0	56.531,34
Total	3.958.160,39	10.692,13	0,00	0,00	0,00	3.968.852,52

Descrição	2021			
	Saldo inicial (S.Final2020)	Aumentos	Reduções	Saldo final
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0	0		0,00
Edifícios e outras construções	699.922,23	65.062,06		764.984,29
Equipamento básico	226.922,62	15.311,20		242.233,82
Equipamento de transporte	139.775,79	0		139.775,79
Equipamento administrativo	168.632,15	12.167,90		180.800,05
Outros Ativos fixos tangíveis	37.358,79	3.253,18		40.611,97
Total	1.272.611,58	95.794,34	0,00	1.368.405,92

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” não se verificaram movimentos.

6 Empréstimos bancários

Para uma parte significativa dos ativos que o Centro Social do Pego detém houve necessidade de recorrer a empréstimos bancários.

Também está contratada uma Conta Corrente Caucionada no valor de 75.000,00€.

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos correntes obtidos foram reconhecidos como gastos à medida que ocorreram.

Os que são do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição e construção dos “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

Descrição	Capital (Início do Período)	2021		
		Juros e/ou encar- gos	Redução da Dívida	Capital (Fim do Período)
Empréstimo Bancários (Inv.)	498.289,01	Juros = 0 Comissões=180,00	41.850,54	456.438,47
Empréstimo Bancários	266.126,02	Juros = 4.742,23 Comissões=180,00	19.662,10	246.463,92
Empréstimo Bancários	9.224,78	Juros = 178,67	4.554,85	4.669,93

		Comissões=180,00		
Outros Empréstimos (FRSS)	78.182,15	Juros = 581,84	14.214,92	63.967,23
Total	851.821,96		80.282,41	771.539,55
Conta caucionada (75.000,00)		Juros =1.028,29 Comissões=564,23		75.000,00

Descrição	Capital (Início do Período)	2020		
		Juros e/ou encargos	Redução da Dívida	Capital (Fim do Período)
Empréstimo Bancários (Inv.)	498.289,01	Juros = 0 Comissões=180,00	41.850,54	498.289,01
Empréstimo Bancários	266.126,02	Juros = 4.742,23 Comissões=180,00	19.662,10	266.126,02
Empréstimo Bancários	9.224,78	Juros = 178,67 Comissões=180,00	4.554,85	9.224,78
Outros Empréstimos (FRSS)	78.182,15	Juros = 581,84	14.214,92	78.182,15
Total	851.821,96		80.282,41	851.821,96
Conta caucionada (75.000,00)		Juros =1.028,29 Comissões=564,23		

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021	2020
Existências iniciais	11.330,48	23.496,61
Compras	145.105,26	159.171,28
Regularização	-285,05	-180,37
Existências Finais	8.738,22	11.330,48
C.M.V.M.Consumidas	147.412,47	171.157,04

9 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	696.144,78	731.515,32
Quotas e joias	11.501,25	11.580,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	707.646,03	743.095,32

9.1 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Correções Relativas a Períodos anteriores	43.107,76	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.493,83	65,84
Imputação de subsídios ao investimento	42.167,14	46.163,14
Outros rendimentos	5.235,07	3.118,65
Total	92.003,80	49.347,63

9.2 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios (doações, assim como heranças e legados, não houve):

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	691.180,56	697.273,28
Subsídios de outras entidades	13.598,52	36.707,00
Total	704.779,08	733.980,28

Os “Subsídios e Apoios do Estado” foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Inst.Seg.Social, IP	641.331,31	662.610,14
I.A.P.M.E.I.	4.478,50	0
I.E.F.P.	45.370,75	34.663,14
Total	691.180,56	697.273,28

10 Outros Gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Taxas e Impostos	259,78	0,00
Correções Relativas a Períodos anteriores	42.146,36	0,00
Quotizações	470,00	470,00
Incobráveis	0,00	611,27
Outros Gastos	849,47	1.734,56
Total	43.725,61	2.815,83

11 Imposto sobre o Rendimento

Estando no regime da isenção mencionada na b) do nº1 do artº 10 do CIRC o imposto corrente contabilizado, é de 0,00€, igual valor por não haver lugar a tributações autónomas.

12 Benefícios dos empregados e órgãos diretivos

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 foi de 26.
Os órgãos diretivos não são remunerados, nem auferem de qualquer outro benefício.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 80.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	799.607,86	825.120,24
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	196.659,32	169.683,34
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10.149,98	10.196,35
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	52.215,42	25.313,77
Total	1.058.632,58	1.030.313,70

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	22.700,66	19.582,17
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	23.200,66	20.082,17

O valor inscrito em “investimentos noutras empresas” diz respeito ao título de capital CCA, pelo qual este Centro Social se tornou associado.

Dos “outros investimentos financeiros” os valores inscritos nesta rubrica dizem respeito aos descontos obrigatórios para o Fundo de Compensação.

14.2 Clientes e Utentes/Fornecedores

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes/Utentes	19.716,81	0,00
Total	19.716,81	9.861,19
Fornecedores C/C	138.647,33	132.842,87
Total	138.647,33	132.842,87

14.3 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.763,62	7.728,59
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5.763,62	7.728,59
Passivo		
IRS – sobre Rendimentos das Pessoas Singulares	4.039,76	6.032,56
Segurança Social	20.894,53	33.552,89
Outros Impostos e Taxas	346,34	1.527,45
Total	25.280,63	41.112,90

14.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	7.709,70	9.246,57
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	3,46	0,00
Total	7.713,16	9.246,57

14.5 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal - Remunerações a pagar		99.874,24		54.281,63
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		216.047,91		116.907,91
Outros credores		3.119,59		
Total	0,00	319.041,74	0,00	171.189,54

14.6 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	44.039,75	47.876,38
Materiais	17.048,42	32.014,51
Energia e fluidos	100.900,64	95.618,61
Deslocações, estadas e transportes	202,95	1.032,15
Comunicações	3.707,38	2.596,51
Seguros	5.381,68	4.425,60
Limpeza, Higiene e Conforto	96.282,96	77.392,61
Serviços diversos	7.597,41	12.526,30
Total	275.161,19	273.482,67

14.7 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Remunerações a liquidar	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00

14.8 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	11.107,94	276,45
Depósitos à ordem	6.203,97	7.615,87
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	17.311,91	7.892,32

14.9 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	8.241,98	0,00	0,00	8241,98
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-61.940,73	0,00	-55.710,01	-117.650,74
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.625.061,99	0,00	-42.167,14	1.582.894,85
Total	1.571.363,24	0,00	-97.877,15	1.473.486,09

14.10 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Correções Relativas a Períodos anteriores	43.107,76	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.493,83	65,84
Imputação de subsídios ao investimento	42.167,14	46.163,14
Outros rendimentos	5.235,07	3.118,65
Total	92.003,80	49.347,63

14.11 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	6.531,03	6.019,94
Outros gastos de financiamento	1.104,23	1.090,00
Juros/outros rendimentos similares obtidos	378,43	0,00
Resultados Financeiros	-7.256,83	-7.109,94

14.12 Considerações, incidências sociais e económicas no ano 2021

O exercício de 2021 em apreciação, foi marcado por factos que impediram a desejável normalidade da vida da instituição, com efeitos significativos nos resultados obtidos.

Situação que embora com menor intensidade, continuam a ocorrer em algumas das respostas sociais, mesmo após o encerramento do período e até à apresentação das contas e elaboração do presente anexo, suscetíveis de impedir a normalização da vida da instituição.

Os efeitos do COVID-19 na vida deste Centro Social foram gravosos e continuam a sentir-se.

Os inerentes constrangimentos e os cuidados específicos aplicáveis às respostas sociais em que este Centro Social opera, determinaram a obrigatoriedade/impossibilidade da utilização de todos os lugares licenciados e disponíveis e, conseqüentemente, a arrecadação da correspondente receita.

Os cuidados bem diferenciados que continuam exigíveis aos nossos idosos utentes, em particular os utentes da ERPI (Lar) e constituem exceção obrigatória ao “alívio” que a sociedade em geral vai usufruindo, são custos acrescidos nesta nova realidade que enfrentamos.

Tais factos foram gravosos e determinantes nos resultados obtidos.

A receita desceu abruptamente, a despesa no sentido inverso. A massa salarial aumenta significativamente, como os custos com equipamento de proteção, produtos de higienização e cuidados sanitários. Os combustíveis em crescimento exponencial.

Também no ser e estar da sociedade em tempo de COVID face ao funcionamento das respostas sociais Centro de Dia e Apoio Domiciliário algo de significativo se alterou. Os acordos de cooperação em vigor, em Centro de Dia, dias úteis de segunda a sexta-feira e no Serviço de Apoio Domiciliário, de 5 dias úteis para a generalidade dos utentes e contemplando apenas 2 utentes a 7 dias por semana, revelam-se manifestamente insuficientes para as respostas que são exigíveis às situações das respetivas famílias.

O “quadro” que as contas de 2021 apresentam alterar-se-ão positivamente, se merecerem aceitação as solicitações que, por diversas vezes, temos vindo a apresentar no sentido da necessária adequação à realidade da sociedade que o Centro Social do Pego serve, sustentada e solicitada para ser contemplada em acordo de cooperação, situação que se afigura realizável no enquadramento que foi anunciado para o PROCOOP aplicável em 2022.

14.13 Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, com impacto nas Demonstrações Financeiras, foram incorporados os valores recebidos no montante de 7.297,59€ e os deduzidos no valor de 3.194,43€, movimentos processados pela Segurança Social em janeiro e fevereiro de 2022. O acréscimo é reportado a atividade ocorrida em vários meses de 2021 e a dedução ao acerto de frequências relativas ao mês de Dezembro de 2021.

Pego, 29 de março de 2022

O Contabilista Certificado

C.C. nº 56452
Cláudia Forte

A Direção

António Mor
Célia Lopes
Joaquim Oliveira
Joaquim Fontinha
Sérgio Horta